

De incêndios e especialização produtiva Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile

Silvia Beatriz Adoue

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Araraquara, São Paulo, Brasil
e-mail: sbadou@hotmai.com

Resumo

O artigo trata dos incêndios acontecidos nas plantações florestais do Chile em janeiro de 2017. O contexto é de expansão do negócio exportador de celulose e de integração progressiva do território centro e sul do país à cadeia produtiva que, a partir de 1973, impõe crescente abandono das culturas destinadas à produção de alimentos para consumo interno ou mesmo para exportação. Essa configuração produtiva foi fomentada por meio de políticas de Estado. As comunidades mapuche, sua luta pela recuperação de território e suas práticas econômicas constituem uma fronteira material e ideológica a essa integração. Os incêndios, cujos prejuízos afetaram fundamentalmente os pequenos e médios produtores, revelam de maneira escancarada o caráter destrutivo da matriz produtiva exportadora, cujo viés extrativista se afirma sobre atividades econômicas agropecuárias que predominavam desde o período colonial.

Palavras-chave: agroindústria florestal; Chile; integração às cadeias produtivas; recuperações mapuche.

De incendios y especialización productiva Sobre el agronegocio forestal exportador en Chile

Resumen

El artículo trata de los incendios que ocurrieron en las plantaciones forestales de Chile en enero de 2017, en el contexto de la expansión del negocio exportador de celulosa y de integración progresiva del territorio centro y sur del país a la cadena productiva a partir de 1973 y el creciente abandono de las culturas destinadas a la producción de alimentos para consumo interno o inclusive para exportación. Esa configuración productiva fue fomentada por medio de políticas de Estado. Las comunidades mapuche, su lucha por la recuperación de territorio y sus prácticas económicas constituyen una frontera material e ideológica a esa integración. Los incendios, cuyos perjuicios afectaron fundamentalmente a los productores pequeños y medios, revelan abiertamente el carácter destructivo de la matriz productiva exportadora, cuya dimensión extractiva se afirma sobre actividades económicas agropecuarias que predominaban desde el período colonial.

Palabras-llave: Agroindustria forestal; Chile; integración a las cadenas productivas; recuperaciones mapuche.

Wildfires and production specialization About exporter forestry agribusiness in Chile

Abstract

This article deals with the wildfires in Chile occurred in January of 2017, within the context of the expansion of pulp export business, and the integration of Chile's central and southern territories into the production chain since 1973. Moreover, this article discusses it within the context of rising desertion of crops intended for food production, for domestic consumption, or

even to be exported. This configuration in the production was fomented by State policies. Mapuche communities, their struggle for territory recovery, and their economic practices constitute a material and ideological trench against this integration. The fires, which affected mainly small and medium-sized producers, reveal in a wide-open way the destructive feature of the export productive matrix, of which extractivist bias asserts itself over economic agricultural activities that have prevailed since the colonial period.

Keywords: Forestry agroindustry; Chile; integration into productive chains; Mapuche's recoveries.

Introdução

Na segunda metade de janeiro de 2017, uma onda de incêndios nas regiões do centro e sul de Chile resultaram em mais de uma dezena de mortos e destruição de quase 300 mil ha. O desastre aviva o debate sobre o agronegócio florestal no país e as políticas públicas que integraram pequenos e médios produtores à cadeia produtiva exportadora de celulose.

A história de médio prazo nos informa da reforma agrária que, com diferentes programas, foi impulsionada no país de 1964 a 1973, e a contrarreforma agrária operada pela ditadura instalada a partir do golpe militar de 1973. O governo do general Augusto Pinochet marcou tanto a estrutura fundiária como a nova dinâmica exportadora, que foi aprofundada pelos governos civis que lhe seguiram.

A cadeia produtiva florestal altera a região ao substituir a mata nativa, rica em alimentos, com os cultivos de grãos e as atividades horti-fruti-granjeiras. Mas também afeta os recursos hídricos antes disponíveis em abundância, seja destinando-os às plantações de *pinus* e eucaliptos, seja pela sua utilização para geração de energia ou ao processo industrial para geração de pasta de celulose. O espaço costeiro e marítimo também se vê alterado pela infraestrutura viária e de portos para a logística de transporte da madeira para processamento e para o escoamento da produção para o mercado internacional, respectivamente.

A nova configuração do capital em escala planetária e a integração otimizada do território a tal configuração que as políticas do Estado chileno propicia comportam também a salvaguarda dos investimentos por meio de seguros que protegem os lucros das empresas que comandam a cadeia das flutuações do mercado internacional. No contexto das ameaças protecionistas do novo governo dos EUA, os seguros contra incêndios têm compensado perdas preservando a manutenção das taxas médias de lucro para as grandes operadoras transnacionais.

A ascensão das lutas das comunidades mapuche para retomar seu território a partir da década de 1990 vai consolidando a resistência ao modelo exportador ao sul do rio Bío Bío, não apenas do ponto de vista espacial. As recuperações de território vão acompanhadas de

uma ação programática, que constrói bases materiais, e ideológicas, que conclama os chilenos para um projeto alternativo ao avanço do capital.

Neste trabalho, pretendo discutir essas questões começando por um breve histórico da questão agrária no Chile que, a traços grossos, assinale a dinâmica dos projetos agrários e as possibilidades que o país experimentou desde 1964. Num segundo momento, apresento o desenvolvimento da cadeia produtiva exportadora de celulose e as políticas públicas que o impulsionaram. Depois faço um breve histórico do processo que desemboca na resistência mapuche a partir dos anos de 1990 na região. Por último, reflito especificamente sobre os incêndios de janeiro de 2017 e a necessária discussão sobre o modelo agrícola na atual configuração territorial da produção florestal no Chile.

A questão agrária no Chile de 1964 até hoje

Em 1964, e depois de uma disputa eleitoral acirrada com o candidato Salvador Allende, o democrata cristão Eduardo Frei assumiu a presidência da república. Ambos tinham se comprometido a aplicar um programa de reforma agrária para superar o velho latifúndio e aumentar a produção de alimentos demandados pela recente industrialização e consequente urbanização¹.

Em 1967 o parlamento aprovou a lei 16.640, de reforma agrária, junto com a lei 16.625, que tratava da sindicalização camponesa. Apresentada pela democracia cristã e apoiada pelos partidos políticos de esquerda, a lei 16.640 limitava o tamanho dos prédios rurais a 80 ha (os proprietários podiam ficar com essa reserva após a desapropriação). Tornava desapropriáveis as terras improdutivas a serem pagas com títulos da reforma agrária. O assentamento de camponeses seria tutelado pelo Estado por um período de 3 a 5 anos e depois do que eles se organizariam em cooperativas ou sistemas mistos (familiar/cooperativo) com lotes indivisíveis por herança para evitar o minifúndio. Os recursos hídricos foram declarados bens nacionais de uso público (CHONCHOL, 1976). A máquina do Estado, porém, e apesar da presença da esquerda democrata cristã na pasta da Agricultura, representada pelo ministro Jacques Chonchol, continuava atravessada pelos interesses do velho setor latifundiário que boicotava a aplicação da nova legislação. Foram desapropriados 1.400 prédios agrícolas, num total de 3,5 milhões de ha. O objetivo era assentar 100 mil famílias, mas, no final do mandato, em 1970, apenas se havia assentado 21 mil, abrangendo 18% das terras cultiváveis (WIDMYER, 2015). No entanto, houve um crescimento da organização camponesa com a formação de 400 sindicatos que integravam mais de 100 mil camponeses.

¹ A população rural passou de 54% a 29% de 1920 a 1970.

Em 1970, Salvador Allende ganhou a presidência da república com o programa da Unidade Popular (UP). O ministro da agricultura seria o próprio Jacques Chonchol, já que a nova coalizão em torno da candidatura de Salvador Allende, nessas eleições, articulava também a esquerda democrata cristã. O objetivo era a aplicação plena da lei 16.640 para acabar com o latifúndio (uma vez que seria muito difícil aprovar uma lei mais radical num congresso no qual a UP era minoritária), acrescida de medidas que nacionalizariam a comercialização, o crédito e a oferta de insumos, para que os benefícios da reforma agrária não fossem aproveitados pelos monopolistas urbanos em detrimento dos camponeses. Formar-se-iam Conselhos Camponeses com um papel importante na implementação da reforma agrária, em paridade com a burocracia do Estado. O programa agrário, porém, era mais uma declaração de intenções do que um projeto concreto.

Ao assumir o governo, em novembro de 1970, Salvador Allende expropriou o maior latifúndio do mundo, em Tierra del Fuego, de 530 mil ha. Ainda logo após a eleição da UP, camponeses e mapuche começaram a ocupação de terras no sul do país logo após a eleição da UP, impulsionados pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR -na sigla em espanhol). Este movimento que apoiava as medidas progressivas do governo sem participar da coalizão, mas pretendia radicalizar o processo impulsionando a iniciativa autônoma, tanto no campo programático como organizativo, que os trabalhadores tomavam, animados pelo trunfo eleitoral de Allende. Em 1971, o Ministério da Agricultura, pressionado por essa iniciativa autônoma, teve que se transladar para Temuco, na Aranaucanía, para despachar e dar curso legal às ocupações. Em julho, a meta de 100 mil desapropriações que a UP tinha estabelecido para final do ano tinha sido ultrapassada. O governo anunciou que, com a aceleração da reforma agrária, o fim do latifúndio, que havia sido projetado para ser completado em 3 anos, seria atingido até o final de 1972. Em fevereiro desse ano, porém, e num contexto de 1.700 ocupações nos primeiros 18 meses de governo com o protagonismo de camponeses e mapuche, a UP anunciou que as desapropriações seriam aceleradas para se completar em junho. As ocupações visavam também impedir que os proprietários desmontassem os prédios para inutilizá-los antes da desapropriação.

O governo queria aproveitar uma cláusula alternativa ao assentamento na lei 16.640. Essa cláusula permitia a formação de Centros de Reforma Agrária (CERA) que planejavam regionalmente a produção, promovendo uma igualdade maior entre os camponeses beneficiados. Esses centros seriam administrados pelos próprios camponeses com assessoria técnica estatal. A UP via esses CERAs como instrumentos da transição à organização socialista da produção rural. Mas, na prática, os camponeses viam com desconfiança essa modificação, e pressionaram para a titulação dos lotes após o período de assentamento. Também houve pressões para modificar o decreto inicial que formava os Conselhos Camponeses, exigindo uma maior representação de base. Instalou-se assim uma

desconfiança entre os camponeses que não queriam ser tutelados por uma política agrária sobre a qual não podiam ter decisão.

De fato, a preocupação desenvolvimentista do governo em torno da produção rural fez o governo aumentar em 57% o crédito e os preços agrícolas cresceram mais do que os insumos. Ao mesmo tempo, a UP desalentava a ocupação de terras (KAY e WINN, 1972). Essas políticas articulavam-se com um projeto reformista e estavam dirigidas mais aos produtores médios. A desconfiança dos camponeses pobres tinha fundamento.

Durante os 34 meses de governo, porém, a UP desapropriou 4.490 prédios, num total de 6,6 mi de ha. Tanto esses números globais como a velocidade da ação foi resultado não apenas de uma vontade política do governo, mas da iniciativa camponesa e mapuche que não esperava nem os ritmos, nem os prazos, nem se limitava às metas e a seleção de terras para arrecadar da UP. Essa ação popular foi o dinamizador da reforma agrária, que não se acomodava aos planos relativamente tímidos do programa eleitoral da coalisão.

Com o golpe de Estado de setembro de 1973, dos quase 10 milhões de ha desapropriados para a reforma agrária desde 1964, 4,5 milhões de ha (correspondentes a 1.512 prédios) foram devolvidos aos seus antigos proprietários. Outra parte, nas zonas da costa e na pré-cordilheira, adequadas para a produção florestal, foi transferida para as forças armadas e outros órgãos estatais. No total, 60% das terras desapropriadas foram retiradas do processo de reforma agrária. A legislação nova permitiu a criação de um mercado livre de terras cujo preço alcançou os valores de Califórnia no final dos anos de 1980. Mesmo no caso das terras que foram destinadas a famílias camponesas, parcelou-se os assentamentos já reconhecidos, os dirigentes foram perseguidos e as organizações camponesas suspensas. Sem crédito nem insumos, grande parte dos camponeses teve que vender suas terras. A titulação dos lotes destinava-se à criação de uma classe média rural. Proprietários médios, com terra irrigada entre 10 e 50 ha, e grandes produtores, com mais de 50 ha, de fruta para exportação (WIDMYIER, 2015). As comunidades mapuche, reconhecidas por lei durante o governo de Salvador Allende, foram dissolvidas por decreto em 1979 e 64,7% da área devolvida ao povo mapuche foi tirada novamente deles: entregue aos anteriores ocupantes, oferecida no mercado de terras a baixo custo, e, em não poucos casos, as áreas passaram às mãos das grandes empresas florestais (PAIRACAN, 2015). Mais na frente, voltarei com mais detalhe ao histórico da questão mapuche mais na frente.

Se é verdade que o velho latifúndio foi liquidado pela reforma agrária e não foi recomposto durante o governo militar, o que o substituiu a partir da ditadura foi o agronegócio, caindo a participação da força de trabalho nas atividades agrícolas. O projeto neoliberal pretendia integrar os territórios ao mercado mundial e o governo subsidiou a agricultura de exportação. Se em 1968 incentivou-se a produção de frutas com o Plano Frutícola, criando uma infraestrutura de refrigeração, só no começo dos anos de 1970, esses investimentos

começaram a dar resultados, por conta do tempo necessário para a consolidação dos pomares. Mas em 1974 o governo privatizou as grandes agroindústrias, que foram compradas por transnacionais. A maioria dos pequenos agricultores se dedicou a uma agricultura para autoconsumo: tubérculos, feijão e cereais. Os créditos necessários para implantar pomares estavam já fora de seu alcance. Alguns produtores médios e grandes tiveram margem para produzir para as grandes empresas exportadoras. Para os pequenos só sobrou a proletarização completa ou sazonal (WIDMYER, 2015).

A virulência da repressão às organizações políticas e sociais foi diretamente proporcional à profundidade da experiência programática que as classes trabalhadoras chilenas adquiriram nos escassos anos que precederam o golpe. Tratou-se, como nos outros países da região, de uma contrarrevolução preventiva que visava desarmar qualquer resistência à integração otimizada do território chileno às cadeias produtivas que se configurariam em escala planetária. As políticas da ditadura para o campo nas regiões do centro sul, visava destinar progressivamente o território à produção florestal. Mas os governos civis que sucederam a ditadura continuaram favorecendo a expansão do setor. No próximo apartado pretendo analisar detalhadamente como isto ocorreu: por uma ação do Estado para atender os interesses das operadoras transnacionais do setor cuja estratégia supõe momentos diferenciados. Reconhecer essa dinâmica nos permitirá não apenas descrever a atuação das empresas florestais no Chile, que foi um verdadeiro “laboratório” para otimizar seus lucros, mas prever a expansão do setor nos países da região, nos quais não precisará repetir as estratégias que levó adiante no Chile. Está em condições de “queimar etapas”. Em parte, pela solidez do negócio, em parte porque essas operadoras também “aprendem” a otimizar seus lucros.

O negócio florestal

Em 1974, o governo lançou o decreto lei 701, que estabeleceu subsídios de 75% das plantações para a exploração florestal, favorecendo duas espécies exóticas: *pinus* e eucalipto. De 1965 até 1970, a área plantada com *pinus* crescia na ordem de 26 mil ha por ano, de modo que, em 1970 havia 133 mil ha ocupadas com tal plantio. Cinco anos depois já havia 228 mil ha, com aumento de 45 mil ha por ano. Em 1980, a área plantada era de 400 mil ha (RODRÍGUEZ, 2015). O decreto também estabeleceu a renúncia fiscal pelas terras florestadas e seu caráter não desapropriável, assim como a redução de imposto de renda resultante da exploração florestal. Entre 1976 e 2013, calcula-se que os subsídios somaram US\$ 875 milhões. Entre 1977 e 1979, as estatais Arauco e Constitución, produtoras de celulose, foram privatizadas em benefício do grupo Angelini. Em 1998, o presidente civil Eduardo Frei, com a lei 19.561, prorrogou o decreto 701 por mais 15 anos, reformulando-o

para ampliar o alcance dos benefícios para os pequenos e médios produtores. Ao fazer isso, integrou amplas áreas na cadeia produtiva florestal exportadora. Em 2012, o presidente Sebastián Piñera, com a lei 20.488, renovou o decreto 701 por mais dois anos, e, em outubro do mesmo ano, enviou ao congresso um projeto de lei para renovar o subsídio por mais 20 anos. Esse projeto ficou engavetado na tramitação parlamentar. Porém, em 2014, a presidenta Michelle Bachelet anunciou a prorrogação do decreto 701, com a justificativa da redução de emissões de gases de efeito estufa, contra as resistências dos grupos ambientalistas.

Em julho de 2016, Michelle Bachelet recuou, anunciando um novo projeto que excluiria as grandes empresas dos subsídios. Grandes empresas como a CMPC (também conhecida com Mininco) e a Arauco haviam recebido 24% dos subsídios, contra o 42% e 35% recebidos pelas médias e pequenas, respectivamente. As regiões que receberam mais subsídios foram a de Bío Bío (VIII), a Araucanía (IX) e Maule (VII), em ordem decrescente.

Segundo o *Anuario Forestal 2016*, publicado pelo Instituto Florestal (INFOR), no ano de 2014 (última informação disponível), as plantações florestais no Chile ocupam 2,5 milhões de ha, sendo que 59% correspondiam a *Pinus radiata* e 34% a *Eucalyptus globulus*. Em 2015, a produção de madeira serrada, em aumento, chegou a 8,4 milhões de m³. Entre 2008 e 2015, as exportações anuais de produtos florestais oscilaram entre US\$ 4,162 bilhões e US\$ 6,094 bilhões. Em 2015, 23,1% das exportações florestais foram para China, 15,7% para EUA, 7,1% para Japão, 6,9% para Coreia do Sul, 5,9% para México e 5,3% para Holanda.

A finalidade das plantações é, fundamentalmente, para produção de pasta branqueada de *Pinus radiata* e pasta branqueada de *Eucalyptus globulus*. No Chile, a pasta celulose só perde para o cobre como produto de exportação e a produção florestal representa quase 2% do PIB chileno. O país é o quarto maior exportador de celulose do mundo. A produção da pasta foi duplicada entre os anos de 2000 e 2013. No período de 2014 a 2015 aplicaram-se 16 milhões de m³ de madeira para a produção de quase 5 milhões de toneladas de pasta de celulose. Diferentemente do cobre, a celulose não se cotiza em bolsa e a flutuação dos seus preços é permanente, já que não é modulada pelos mercados de futuro. Porém, os pequenos e médios produtores, que não processam a madeira, vendem a preços fixos, determinados pelas grandes operadoras.

Esses dados apontam para a integração progressiva do território do centro sul chileno à produção de pasta de celulose e outros produtos florestais destinados ao mercado mundial. Se, no começo, e a partir das possibilidades de lucro que a privatização de florestais estatais já consolidadas propiciava, as políticas de Estado permitiram ampliar a área plantada para unidades de diferente porte. Este movimento, que se observa, por exemplo, no setor sojeiro de Argentina, é tendência crescente no setor florestal em Chile, como veremos. O estudo desse deslocamento das operadoras, que agora tendem a se concentrar no “tramo” industrial

da produção de pasta de celulosa, permite prever estratégias de expansão em outros países da região que não repitam necessariamente todo o percurso realizado essas grandes empresas no Chile.

O lucro das grandes operadoras cresce em proporção direta com a inclusão de unidades de menor porte no “tramo” da silvicultura, ficando as primeiras com a fatia mais lucrativa da cadeia. Em 2015, o lucro da CMPC S.A. foi de US\$ 792 mi e o da Celulosa Arauco e Constitución foi de US\$ 839,7 mi. A indústria processadora de celulose captura os benefícios econômicos da exportação em detrimento dos pequenos proprietários de plantações que foram implantadas graças ao subsídio ofertado pelas sucessivas modificações do decreto 701. A indústria, é claro, pressiona para que ele seja prorrogado uma e outra vez (DONOSO e REYES, 2016).

Nas terras compreendidas entre as regiões VI a XI (centro e sul) concentram-se os prédios das três grandes empresas florestais. As empresas médias concentram-se nas regiões Maule (VII), Bío Bío (VIII) e Araucanía (IX), no centro-sul. Os proprietários médios se concentram nas regiões de O'Higgins (VI), Maule, Bío Bío e Araucanía. Já os pequenos proprietários se concentram nas terras compreendidas entre a V e a X região. A distribuição indica que as regiões mais ricas em recursos hídricos são aquelas onde se concentram as grandes operadoras (INFOR, 2017). Os portos de exportação utilizados pelas florestais são os de Lirquén, Talcahuano e Coronel, todos na região de Bío Bío. Enquanto os pequenos proprietários estão mais dispersos (ver tabela 1). As regiões de Maule, Bío Bío e Araucanía concentram 75% da área plantada, correspondendo à região VIII o 37% do total nacional.

Tabela 1: Distribuição por região das plantações florestal por tipo de proprietário.

Região	Grandes empresas maiores de 30 mil ha	Médias empresas 5 mil a 30 mil ha	Médios proprietários 200 a 5 mil ha	Pequenos proprietários 5 a 200 ha
IV - Coquimbo	-	1	38	225
V - Valparaíso	-	1	32	887
XII - Metropolitana	-	-	7	349
VI - O'Higgins	1	3	70	1.591
VII – Maule	3	5	138	3.262
VIII - Bío Bío	3	5	125	5.590
IX - Araucanía	3	4	136	7.059
XIV - Los Ríos	3	1	19	1.597
X - Los Lagos	3	2	19	1.112
XI – Aysén	1	1	8	480
Total	3	11	592	22.152

Fonte: Anuário Forestal 2016 (INFOR).

Na tabela 2 apresento a área plantada por região:

Tabela 2: Área plantada por espécie e por região.

Região	<i>Pino Radiata</i> (ha)	Eucalipto (ha)	Outras espécies (ha)
XV	-	6	8
I	-	-	-
II	-	-	20
III	-	15	11
IV	-	34	31
V	15	151	3
Metropolitana	-	290	30
VI	699	1.120	62
VII	14.099	1.104	4
VIII	18.642	22.038	48
IX	11.702	11.789	214
XIV	2.499	3.273	365
X	159	2096	122
XI	-	-	-
XII	-	-	11
Total	47.735	41.916	929
Fonte: Anuário Forestal 2016 (INFOR).			

A leitura das tabelas 1 e 2 permite concluir que são justamente as regiões VII, VIII e IX, com mais recursos hídricos, as destinadas à produção silvícola, com um envolvimento de produtores de diferente porte. As grandes empresas contam, assim, com uma margem flexível de matéria prima disponível, que lhes permite operar sem correr riscos, frente às flutuações da demanda. Assim como se pode observar em outras cadeias, como o citrícola em Brasil, a grande empresa produz um mínimo de matéria prima e, de acordo à demanda, compra ou não dos produtores de menor porte.

As atividades florestais realizadas no Chile são fundamentalmente a silvicultura, a produção de madeira, a indústria de papel e a indústria de móveis. Mas a fabricação de papel representa 40% do valor agregado do conjunto, envolvendo a produção de celulose. A produção de madeira e seus derivados representam 31% e a silvicultura o 23%. A indústria de móveis apenas representa 6% do valor agregado. A cadeia produtiva parte de plantações (98% dos insumos da cadeia) e bosques naturais (apenas 2%, utilizados fundamentalmente para lenha) dos quais se retiram as toras. A produção de celulose, madeira serrada e chapas configura a indústria primária, junto com subprodutos como fibra e compensado. A indústria

secundária é composta pela fabricação de papel e papelão, móveis e insumos para carpintaria e embalagens (UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN, 2009). Na tabela 3 apresento um quadro da economia que movimenta os produtos florestais e o seu destino, e na tabela 4 apresento o fluxo de produtos florestais em 2015. Podemos inferir que é a exportação a atividade que "puxa" a cadeia. A participação do setor florestal nas exportações chilenas representa o 8,7%.

Tabela 3: Milhares de dólares movimentados pelo setor florestal chileno em 2015.

	Total	Toras para exportação	Madeira serrada	Tábuas e chapas	Pasta de celulose e papel jornal	Outros
Mercado externo	4.200.088,8	2.076,3	556.706,5	561.136,4	2.596.947,3	483.222,4
Mercado interno	2.132.979,3	-	620.179,1	895.861,1	363.185,4	253.753,7
Total	6.333.068,1	2.076,3	1.176.885,6	1.456.997,5	2.960.132,7	736.976,1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Anuario Forestal 2016 (INFOR).

Tabela 4: Fluxo dos produtos florestais de Chile em 2015 em metros cúbicos.

		Indústria primária		Mercado interno	Mercado externo
Consumo industrial de madeira em	43.634,2	24,4			
		Serragem	5.372,8	6.406,7	3.801,1
		Madeira serrada	16.421,3	5.903,8	2.468,4
		Pasta de celulose	16.753,6	798,4	4.318,3
		Tábuas e chapas	4.771,4	1.844,9	1.465,5
		Postes	290,8	254,3	36,5

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Anuario Forestal 2016 (INFOR).

Mas é preciso incluir na cadeia um conjunto de serviços florestais como o transporte nacional e internacional, serviços financeiros, e o fornecimento de insumos para a silvicultura, além das indústrias primária e da secundária.

O conjunto da cadeia florestal empregou em 2015 menos de 120 mil pessoas. Desse total, menos de um quarto delas foi empregado na etapa de plantação e extração, mais de um quarto na indústria primária e um quarto na secundária. Nas três grandes empresas florestais

apenas entre 25% e 30% dos trabalhadores têm contratos permanentes. 82% dos trabalhadores da cadeia florestal são mantidos abaixo da linha de pobreza.

São três os grupos empresariais que dominam o setor florestal chileno: Arauco, CMPC e Masisa. Eles ocupam a segunda dezena no *ranking* mundial. Além de plantações em vários países da América Latina, controlam a indústria primária e secundária do setor no Chile, assim como os serviços florestais, que incluem portos.

Segundo dados do próprio grupo, com 40 mil empregados diretos, em 2014, Arauco vendeu US\$ 5.329 milhões em produtos florestais e obteve US\$ 437 milhões de lucro. Tem 1,6 milhões de ha no Chile, Argentina, Brasil e Uruguai. Tem capacidade para produzir 3,9 milhões de ton de pasta de celulose e 710 mil m³ de compensados em Chile. Pode produzir 2,9 milhões de m³/ano de madeira no Chile e Argentina e 5,9 mi de m³/ano de chapas de madeira no Chile, Argentina, Brasil, EUA e Canadá (ARAUCO, 2017). A Arauco se prepara para comprar a Eldorado Celulose, no Brasil, atualmente sob controle da J&F, da família Batista, a mesma empresa que disputa com a Fibria o posto de maior produtor mundial de celulose de fibra curta, de eucalipto (LIGNUM, 2017).

Já a CMPC, mais conhecida como Mininco, controlada pela família Matte, e com presença na América Latina, divulga números de 2015: 17.562 empregos diretos, vendas consolidadas de US\$ 4,841 bilhões para 45 países, lucro de US\$ 3 milhões e patrimônio de US\$ 7,928 bilhões (CMPC, 2015).

A Masisa possui plantações e complexos industriais no Chile, Venezuela, Argentina, Brasil e México. Em toda América Latina possui centros de venda de placas de madeira. Os principais destinos de venda são Venezuela e Brasil. Outros destinos importantes são EUA, Argentina e México (UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN, 2009).

Como vimos nas tabelas 3 e 4, o destino preponderante, e o que possui mais valor agregado, é a produção de pasta de celulose para exportação. Porém, é preciso adiantar que quem controla os “tramos” mais lucrativos da cadeia são as três grandes operadoras, já que o grosso das matérias primas da indústria primária e secundária são compradas de terceiros. A localização das grandes empresas, concentrada na região de Bío Bío, responderia pela disponibilidade inicial de terras baratas para plantar, recursos hídricos e proximidade de portos para exportação. As grandes operadoras preferem contratar serviços de madeireiras médias para reduzir custos. A mesma coisa acontece com a matéria prima que em 2009 contava com 80,9% comprado de terceiros, uma vez que os custos da produção em grande escala não são menores. A investigação em desenvolvimento genético também não é compensadora para as grandes operadoras, uma vez que exige um estudo específico para cada bosque. A integração horizontal das grandes empresas só reduz custos no transporte (UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN, 2009).

A justificativa levantada para o decreto 701 era a de fomentar as plantações em ladeiras e pendentes para proteger os solos. O plantio florestal em áreas de alta produtividade para trigo, como são a Pré-Cordilheira dos Andes e as terras irrigadas dos Vales Centrais, mais que evitar a erosão, a está aumentando. Robinson Torres Salinas, junto com outros autores, estudou a relação entre a escassez hídrica e as plantações florestais (2016). Em 2014, 646 localidades rurais da região de Bío Bío sofreram desabastecimento de água, afetando 18 mil moradias e 57.171 habitantes. Foi necessário distribuir água potável em caminhões-pipa.

60% dos 13,6 mi de ha de mata nativa de Chile está na posse de pequenos e médios proprietários. O governo Augusto Pinochet revogou os instrumentos legais para sua proteção. Com os incentivos do decreto 701, a tendência foi sua substituição, assim como dos cultivos tradicionais, por plantações florestais (PAZOS, 2015). De fato, entre 1973 e 2011, perderam-se 782,12 mil ha de mata nativa (CODEFF, 2016).

Como análise parcial do levantamento de dados que aparece neste apartado, podemos destacar que as três grandes florestais têm sua origem na privatização de empresas estatais já consolidadas. Favorecidas por políticas de Estado que subsidiaram o plantio num 75% e permitiram a renúncia fiscal desde a ditadura, durante os governos civis ampliaram sua capacidade de operação minimizando riscos com as políticas que combinaram desestímulo à produção de outros cultivos com ampliação de subsídio aos produtores de menor porte. Isto acontece às custas dos abundantes recursos hídricos das regiões VII, VIII e IX. A da cadeia como um todo, porém, gera menos empregos e com massa salarial muito baixa. As operadoras vão se deslocando para os “tramos” mais lucrativos e seguros da cadeia. Com planos de expansão para outros países de América do Sul.

Veremos agora como, e apesar da desarticulação da resistência camponesa e dos povos originários durante a ditadura nas regiões afetadas pela cadeia florestal, a partir da década de 1990, cresce um movimento das comunidades mapuche. De onde saem as reservas de praxis social que permitem a esse povo enfrentar as operadoras transnacionais da cadeia florestal e o Estado chileno? Sem repassar a sua história, não encontraremos explicação. No próximo apartado, vou expor esse percurso e essas práticas sociais, assim como as lutas mais recentes das comunidades por recuperar o território ancestral para uma relação com a terra que é antagônica com o capital.

Os mapuche recuperam o território: fronteira material e ideológica frente ao avanço do capital

Antes da invasão europeia, o atual território chileno era habitado, a grandes traços, por povos aymara, e outros sob influência do Tawantinsuyo, ao norte; pikunche, na região

central; e mapuche, no sul. Na região mais austral, habitavam povos kawésqar, yagan e selk'nam. Os pikunche se integraram ao Tawantinsuyo durante a segunda metade do século XV. Quando a conquista espanhola, depois de derrubar o Tawantisuyo, foi o povo mapuche que apresentou resistência ao avanço espanhol ao sul do território. A guerra contra os mapuche se estendeu de 1546 a 1641, quando se realizou o "Parlamento de Quilín", no qual a coroa espanhola reconheceu como território dos povos da terra² a área compreendida entre o rio Bío Bío e o rio Toltén. Apesar de se tratar de uma paz instável, o reconhecimento territorial permitiu uma autonomia da qual não gozaram os povos do norte, submetidos a trabalhos forçados. A introdução do gado equino e bovino e a adoção da pecuária por parte desse povo, porém, teve grande impacto em sua economia (que passou de predominantemente caçadora e recoleitora à agropecuária, com crescente atividade mercantil), em sua sociabilidade e também em sua técnica militar. Depois da independência do Chile com relação a Espanha, o acordo de Tapihue, em 1825, ratificou o de Quilín, o que garantiu 40 anos de relativa paz para o povo mapuche (BENGOA, 1996).

Em 1853, o Estado chileno cria o marco legal que regula a compra de terras, no contexto da ampliação da demanda externa por produtos agrícolas e minério que afetou toda a América Latina. Em 1868 começam as políticas de Estado destinadas ao confinamento dos povos nativos em reduções e colonização das suas terras por imigrantes. A resistência não se fez esperar, e em 1881 estourou a insurreição. A chamada "Pacificação da Araucanía" viria a esmagá-la em 1883. A partir de então, consolidaram-se as reduções, com deslocamento forçado e entrega de "títulos de mercê" que obrigavam as famílias à residência segundo uma distribuição arbitrária, com a explícita intenção de transformar os mapuche em agricultores: era a "chilenização" dos mapuche. Apenas em 1929 revogou-se a lei de radicação indígena, quando o processo de desterritorialização do povo havia sido completado (BENGOA, 1996). Formou-se, na região da Araucanía, uma classe de fazendeiros prósperos, descendentes dos colonos imigrantes e chilenos, por um lado, e também uma camada de colonos pobres, por outro.

Entre o conflito e a tentativa de integração à cidadania plena, empreendida por algumas lideranças ao longo dos anos, o despojo foi consolidado e, em 1950, 80% da terra agrícola era do latifúndio e apenas 300 mil ha estavam em mãos de famílias mapuche. Tanto o governo Allende como o governo Frei devolveram parte das terras mapuche que tinham "títulos de mercê". Mas, como uma parte dos mapuche não tinha sido radicada, durante o governo da UP, o braço camponês do MIR -o Movimento Camponês Revolucionário (MCR)- impulsionou ocupações na região da Araucanía. Isso provocou, como já disse, a instalação do Ministério da Agricultura e a Corporação de Reforma Agrária em Temuco, para legalizar

² A tradução de "mapuche" do mapundungun é "gente da terra".

grande parte das ocupações. Entre outros dispositivos, o governo Allende promulgou a Ley Indígena 17.729, o que, pela primeira vez desde a "chilenização" que a questão da terra se associava à questão indígena (PAIRICAN, 2014).

Fernando Pairican resume a "chilenização neoliberal" do território mapuche da seguinte maneira:

Una vez asentada la dictadura militar, una de las primeras medidas fue regularizar la tenencia de la tierra. Esto significaba revisar y revocar las expropiaciones de la Reforma Agraria. En el caso particular del pueblo mapuche, de 163 predios, se devolvieron 97, es decir, el 64,7% de la superficie que los mapuche habían logrado obtener entre los gobiernos de Frei y Allende.

En mayo de 1974, la dictadura anunció la parcelación de las tierras derivadas del proceso de regularización, traspasándolas a sus antiguos dueños, a ex inquilinos de latifundios, medieros o sencillamente poniéndolas a la venta en el mercado. Empresarios como Anacleto Angelini y la tradicional familia Matte, ambos futuros dueños de los grandes consorcios forestales Arauco y Mininco respectivamente, comenzaron a comprar en este período muchas hectáreas de terreno. Otro porcentaje de tierras fueron catalogadas de aptitud forestal una vez entregadas a CONAF³ y CORFO⁴, quienes las remataron, a veces en secreto y a bajo costo (PAIRICAN, 2014, p. 47).

Entre 1979 e 1988, com a lei 2.568, foram entregues 2.058 títulos individuais na região de Bío Bío. Com isso se pretendia acabar com as formas comunitárias.

Luego del milagro económico (1977-1981), la dictadura se vio sacudida por una importante crisis en 1982. La reprivatización fue la única forma de salir de ella, y esto lo aprovecharon las familias Matte y Angelini, los primeros, desde 1958, que participaban en el rubro forestal. A fines de 1986, cuando adquirieron Inforsa -que ya producía el 54% del papel de diario en Chile-, iniciaron su ascenso económico en el rubro. Por su parte, Anacleto Angelini adquirió Coppec en 1985, constituyéndose en el grupo más poderoso del sector forestal al obtener Celulosa Arauco y Constitución, filiales de Coppec. Para 1987, el patrimonio del grupo Angelini era de 459.890 millones de pesos (PAIRICAN, 2014).

Ao mesmo tempo, na Araucania, onde subsistiam pequenos proprietários e comunidades mapuche, os indicadores de pobreza aumentavam, assim como, junto com a região de Los Lagos, a que abrigava a maior desigualdade de renda. Seu PIB crescia, mas em ritmo menor que o do resto do país. Decaiu também sua outrora importante indústria leiteira e as atividades agrícolas. Desarticularam-se os circuitos comerciais dos produtores pequenos e médios. Em contrapartida, aconteceu a "pinificação" da região (RODRÍGUEZ, 2015).

³ CONAF: Corporación Nacional Forestal, fundação que depende do Ministério de Agricultura de Chile.

⁴ CORFO: Corporación de Fomento da Produção, agência do governo chileno que foi criada em 1939 para impulsionar o desenvolvimento. Durante a ditadura mediu as privatizações.

[...] la economía regional funcionó a través de circuitos que partían en los pequeños y medianos productores para concluir en los centros de consumo a través de una cadena en la que intervenían pequeños comerciantes locales, comerciantes de las ciudades fronterizas y agentes de las grandes empresas instaladas en la zona. Aunque esta cadena absorbía los excedentes de producción de los pequeños y medianos agricultores, incluidas las comunidades mapuche, provocando pobreza entre ellos por su escasa capacidad para negociar precios, les permitió sobrevivir durante buena parte del siglo XX. La llegada de las forestales fracturó esos circuitos, en primer lugar, porque plantar pino para venderlo más tarde implica una espera que los pequeños productores no pueden resistir; en segundo lugar, porque el poder de compra es manipulado por las empresas forestales en sus afanes por aumentar las utilidades; y, por último, por los riesgos que implica depender de una actividad muy expuesta a los incendios y las plagas que afectan al bosque. Estas circunstancias se transformaron en uno de los factores decisivos que ha impedido a la región superar los niveles de pobreza e inequidad que hoy exhibe, junto con exacerbar las demandas de la población mapuche, una de las más afectada por la presencia de las empresas forestales (RODRÍGUEZ, 2015, p. 177).

O impacto ambiental do setor e a alteração no mercado da terra na região recaiu mais ainda sobre as comunidades mapuche. Nos debates que acompanharam a comemoração dos 500 anos da chegada dos europeus, o contraste entre os lucros das empresas florestais e a perda de território sofrido pelas comunidades desde final do século XIX foram os temas centrais da "Comisión 500 Años de Resistencia". Muitos encontros foram convocados e várias organizações mapuche surgiram deles. As demandas por território estavam no centro, mas não envolviam apenas a posse da terra, e sim a luta contra a privatização e destruição dos bens comuns, como a redução dos recursos hídricos resultantes das plantações florestais e o traçado de rodovias para transporte de produtos florestais, que impede o deslocamento dos rebanhos e da fauna silvestre, que por sua vez dissemina as variedades vegetais nativas. Dentro desse escopo de reivindicações localiza-se também a resistência contra a instalação da hidrelétrica de Pangué, em 1996, e de Ralco, em 1997, o ducto de CELCO, que conduziria os detritos da produção da Celulosa Arauco para o mar, que, assim como a lei de pesca de 1992, reformada em 2012, reduzia as possibilidades das comunidades e dos pescadores pobres de obter a sua subsistência do mar, como o faziam tradicionalmente.

Em 1997, na comuna de Lumaco, na região da Araucanía, 200 mapuche membros de comunidades bloquearam o caminho e interromperam o acesso a um prédio de propriedade da Forestal Arauco. Lumaco havia sido cenário de ocupações mapuche durante o governo da UP e ainda em 1989. Mas, em 1997, pararam um comboio de 12 caminhões da empresa e queimaram três deles. Foram acusados de terrorismo. A partir desse acontecimento, as ações diretas se multiplicaram, e a repressão estatal contra as

comunidades e a judicialização dos protestos também. A entrada de *carabineros*⁵ nos territórios, mesmo os reconhecidos, adquire formas localizadas de estado de exceção, como o ingresso das Forças Especiais numa escola infantil mapuche em Temucucui, na região de Araucanía, em junho de 2017 (EL DESCONCIERTO, 2017). O conflito também se acirra com grandes proprietários das regiões, em contexto do litígio pelas áreas. No mesmo mês, dois jovens mapuche foram assassinados por um proprietário, ex-carabiniero (WERKEN NOTICIAS, 2017).

Apesar da repressão, predominam as ações de "recuperación" do território invadido tanto pelos grandes fazendeiros integrados à cadeia produtiva florestal, como das áreas devastadas pelo plantio direto das grandes empresas que comandam a cadeia. Mas essa recuperação não se limita a ocupar as terras, visa sua ocupação para produção de alimentos, à maneira mapuche. Significa também a retomada do território no sentido da recuperação hídrica e do bioma. Nas áreas recuperadas, são arrancadas as raízes de pinho e eucalipto, e em pouco tempo a própria natureza se encarrega de se recompor com as espécies nativas prosperando sem grande esforço. As hortas tradicionais acompanham o avanço mapuche junto com os *rewe*⁶.

Essas lutas foram tomando forma e se organizando em torno de objetivos estratégicos de autonomia. Algumas tendências táticas apontam para a disputa eleitoral por governos locais. Outras apontam para a constituição de um Estado autônomo, à maneira das autonomias de Espanha. Ainda outras são orientadas por uma estratégia que reconhece que não é possível uma autonomia radical no sistema planetário do capital, e tendem à uma luta ao mesmo tempo local e internacionalista contra o capital, à maneira dos kurdos e dos neozapatistas. Essa última corrente se apoia no diagnóstico propiciado pela proximidade com o modelo de integração vertical dos territórios às grandes cadeias, modelo que antecipa a configuração que vai consolidando o capital como sistema planetário. A forma de luta, a retomada, coincide com os objetivos estratégicos e os prefigura, uma vez que instala uma economia que recusa conscientemente a se integrar na cadeia. Por outro lado, não pensa o território como exclusivo, uma vez que convoca os chilenos pobres do campo e da cidade a fronteira material, mas também ideológica, frente ao avanço do capital sobre os territórios (SIERRA, 2010; MARIMÁN, 2012; e PAIRICAN, 2014).

Esse ascenso da luta mapuche, porém, não foi acompanhado por um proporcional ascenso das lutas dos chilenos pobres do campo, cujas reivindicações não se organizam num projeto alternativo às cadeias produtivas. Há políticas públicas, como os subsídios à produção florestal, que em muitos casos seduziram não apenas os grandes e os médios, mas também

⁵ Policiais militarizados de Chile.

⁶ Altar para o Nguillatún, festa religiosa que reúne as comunidades, coordenada pela machi, autoridade espiritual, e o longko, autoridade política, da comunidade que convida.

os pequenos produtores, que têm sido empurrados ao abandono das práticas camponesas e obrigados ao esforço por obter alguma renda para sobreviver, como assalariados, ou se integrando ao mercado controlado pelo capital. Os incêndios de janeiro de 2017 revelaram até que ponto esse caminho da menor resistência, de se integrar total ou parcialmente à cadeia florestal os conduz à destruição da terra, à perda de vidas e meios de sobrevivência. Quanto melhor seria atender ao chamado das comunidades mapuche para se organizarem em torno a outro tipo de produção! No próximo apartado, descreverei os riscos permanentes aos que os pequenos proprietários ficam expostos, ao ceder às pressões para se integrar ao projeto do capital.

"Pensei que era o apocalipse da Bíblia"

A partir de 1998, como já apontei, o governo Eduardo Frei reformulou o decreto 701, para estender os subsídios a médios e pequenos proprietários. A finalidade era integrá-los à cadeia florestal. Como expliquei, a produção em escala do plantio não interessa às grandes operadoras, já que não reduz os custos. Em outubro de 2016, o INFOR lançou um Selo de Assegurabilidade e Classificação de Riscos para Plantações Florestais (SAFOR), um seguro dirigido fundamentalmente a médios e pequenos produtores que poderia ser acessado na temporada seguinte. Segundo Camilo Navarro, diretor executivo de Agroseguros, do Ministério de Agricultura, o SAFOR cobriria

Incendio, e danos materiais causados por aeronaves, explosión, huelga, saqueo o desorden popular, avalanchas, aluviones y deslizamientos, combustión espontánea, entre otros. Su costo dependerá de la ubicación (región y comuna) y valoración del bosque o plantación. Al momento de contratarlo, el productor sólo cancela la parte no subsidiada (INFOR, 2016).

A partir de 15 de janeiro de 2017, começou uma onda de incêndios florestais no Chile, que já no dia 18 se transformaram em megaincêndios afetando as regiões de Coquimbo até a Araucanía (IV a IX, incluindo a Região Metropolitana). Detectaram-se 119 focos, muitos deles simultâneos. A classificação técnica os define como "incêndios de sexta geração", os mais destrutivos, caracterizados pela "tormenta de fogo". Houve 11 perdas humanas. Entre 1º de janeiro e 10 de fevereiro, foram afetados 518.174 ha, correspondendo 54% à região de Maule, 19,2% à região de Bío Bío e 17,4% à região de O'Higgins. A área mais atingida foi a plantada com *pinus* (CONAF, 2017). Como podemos observar na tabela 5, a severidade dos incêndios é notavelmente maior nas plantações florestais.

Tabela 5: Severidade dos incêndios por tipo de uso do solo.

Uso do solo	Severidade baixa		Severidade média-baixa		Severidade média-alta		Severidade alta	
	ha	%	Ha	%	ha	%	ha	%
Bosque nativo	23.689	22,5	25.959	24,7	24.378	23,2	17.719	16,9
Plantações florestais	60.930	22,5	69.844	24,6	63.972	22,6	53.458	18,8
Pradarias/matagais	32.879	35,1	21.269	22,7	12.476	13,3	5.785	6,2
Terras agrícolas	12.107	36,1	7.109	21,2	2.945	8,8	525	1,6
Outro tipo de usos	1.151	57,1	505	25,1	274	13,6	76	3,8

Fonte: Elaboração da autora do artigo com base dos dados da CONAF.

Do total da área queimada, 60% corresponde a uso antrópico. O 40% dos ecossistemas remanescentes atingidos são predominantemente bosques, pelo maior nível de acumulação de biomassa aérea e combustibilidade. Esses ecossistemas afetados, num 96% estavam em estado de conservação classificado como deficiente. De 461 unidades de proteção ambiental do Chile (que abrangem 4.824.452 ha), 53 (abrangendo 100.426 ha) foram afetadas (CONAF, 2017).

Além dos 13 mortos, houve quase 4 mil danificados. Queimaram-se mais de mil domicílios. As perdas também atingiram quase 2,5 mil bovinos, mais de 600 equinos, 7,3 mil ovelhas e cabras, 3,8 mil colmeias segundo cifras do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP), do Ministério de Agricultura (GESTIÓN, 2017).

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) calcula em US\$ 400 mi as perdas patrimoniais no setor florestal, US\$ 5 milhões entre oliveiras e vinhas, US\$ 5 milhões em infraestrutura vinícola e *packings*, entre US\$ 50 e US\$ 80 mi em forragem, US\$ 10 e US\$ 15 mi em cercado (REYES, 2017). Já o Ministério da Fazenda estima que no setor agrícola e florestal ascendem a US\$ 520 milhões, aos que se devem acrescentar os gastos de extinção e posterior reconstrução, de US\$ 364 mi (EMOL, 2017).

A Celulosa Arauco, que perdeu 80 mil ha, estimou suas perdas em US\$ 240 milhões e CMPC, que perdeu 19 mil ha, estimou as suas em US\$ 41 milhões. Dos 200 mil ha de plantações florestais queimadas, 75% estavam assegurados. A Associação de Seguradoras informou que pagou US\$ 100 mi (PUBLIMETRO, 2017).

As grandes empresas florestais vinham contando com o ovo no rabo da galinha com a possível assinatura do Tratado Transpacífico (TTP)⁷, que abriria oportunidades de ampliação dos negócios. O sonho foi por água abaixo com a chegada de Donald Trump à presidência de EUA, em 2016, que imediatamente recusou o TTP e anunciou uma política protecionista que tornaria mais cara a importação de produtos florestais, para desespero do setor da construção estadunidense.

O governo chileno ainda não determinou as causas da catástrofe. Levanta, sim, várias hipóteses: além do descuido dos particulares, a negligência na manutenção das redes elétricas por parte das empresas do ramo; uma onda de calor excepcional e a seca, mesmo dentro da mudança climática que vem afetando Chile progressivamente⁸. Os incêndios apresentam certa regularidade, com aumento do risco nos meses de verão, atingindo picos de áreas de quase 70 mil ha em 1987, 1989 e 2002, de quase 80 mil ha em 1998 e de mais de 80 mil ha em 1999 (DUARTE, 2010). A alta combustibilidade das espécies exóticas (*pinus* e eucalipto) contribui para a rápida propagação. No caso de 2017, somaram-se a essas causas os ventos de 30 km/h.

Mas a praga *Sirex Noctilio*⁹ talvez seja também uma causa a considerar. Favorecida por essas condições climáticas, a vespa fura o tronco do *Pinus radiata* para depositar os ovos junto com esporas de um fungo, provocando a morte da árvore e a degradação da madeira. A sua propagação é muito rápida e o período de contaminação é de novembro a abril. O seu combate exige o corte das árvores afetadas, e o picado e incineração dos restos. Os povoadores de Bío Bío e Araucanía entrevistados por mim em fevereiro de 2017 afirmaram que os seguros não cobrem os danos causados pela praga, mas sim os causados por incêndios (se superarem 25% da plantação) e que a incineração seria uma forma rápida e barata de se livrar da vespa. Ainda especularam sobre a possibilidade das empresas compensarem a esperada queda nas exportações, resultante da política protecionista anunciada por Donald Trump e a não assinatura do TPP, com as indenizações pelos incêndios. Juntas de moradores apresentaram recursos judiciais contra a Celulosa Arauco para exigir que as plantações guardem distância de 500 m para proteção dos prédios vizinhos (RESUMEN, 02/02/2017 e 07/06/2017, e JARA, 2017). Também ouvi reclamações pela inexistência de corta-fogos nos terrenos arrendados pelas empresas. Mas, de fato, mesmo os

⁷ TPP: acordo de livre comércio entre Austrália, Nova Zelândia, Vietnam, Singapura, Malásia, Brunei, Japão, Chile, Peru, Canadá, EEUU y México.

⁸ Segundo Fernando Santibáñez Q., do Departamento de Engenharia e Solos da Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade de Chile (2016), as precipitações diminuíram entre 15% e 30% e as temperaturas médias aumentaram em 1°C no último século.

⁹ Em 2016, o Serviço Agrícola e Pecuário (SAG -na sigla em espanhol), do Ministério de Agricultura, publicou resoluções para declarar amplas zonas de quarentena por causa do *Sirex Noctilio* nas regiões de O'Higgins, Maule e Bío Bío, depois afetadas pelos incêndios (SAG, 30/06/2016, 1º/12/2016 e 26/12/2016).

pequenos e os médios não tomaram medidas preventivas. O plantio lindava com a moradia. Grande parte das perdas das casas e das criações devem-se a esse motivo.

No combate aos incêndios, aos bombeiros e brigadistas somaram-se voluntários convocados pelas organizações sociais. A prioridade era salvar vidas humanas, depois as criações, as casas, os pertences. Tratava-se de fogo compacto de 30 a 50 m de altura, com galhos caindo e, no caso dos *pinus*, pinhas incandescentes sendo expelidas a distâncias razoáveis. Mesmo depois da limpeza de largas faixas de terreno, as altas temperaturas favoreciam a propagação subterrânea.

Após esse primeiro momento, as brigadas de voluntários se mantiveram organizadas para reunir alimentos e roupa para os danificados. Comunidades mapuche e organizações camponesas enviaram caminhões com feno para as regiões afetadas, para alimentar os animais que os danificados puderam salvar.

As brigadas de voluntários integraram especialistas para ações de saúde: médicos, paramédicos, psicólogos. Em fevereiro de 2017 acompanhei uma dessas brigadas no atendimento aos danificados de Portezuelo, na província de Ñuble, região de Bío Bío, localidade com apenas 2 mil habitantes e 282,3 km². Seus pequenos produtores plantaram *pinus* quando puderam aceder aos subsídios, mas mantinham ainda pequenas áreas com vinhas, das quais se perderam 60%; pomares de arando, cereja, guinda; e nogueiras. Portezuelo teve 600 ha destruídos. Foi uma das zonas mais afetadas. Com a vida e a casa fora de perigo, os vizinhos foram logo socorrer os mais velhos, os que moravam sozinhos, bem antes da chegada dos bombeiros, dos brigadistas, dos voluntários. Isso fez com que não tivesse perdas humanas, apesar da severidade com que a catástrofe se apresentou.

"Pensei que era o apocalipse da Bíblia"¹⁰, disse uma das danificadas, "primeiro o dilúvio¹¹, e depois a chuva de fogo". Ainda sob efeito imediato do trauma, as famílias não atinavam a pensar em planos para reconstruir suas vidas. O momento era o de reatar a linha da sua biografia. "O que se tentou salvar primeiro da casa?", perguntei. Ninguém duvidou em responder: "As fotos", responderam quase todos. "Sem fotos, como a gente vai lembrar como era?". "Quando a água chega, as coisas permanecem, mesmo que estragadas. O fogo não deixa nada". "Na desgraça, a coisa boa foi ver todo mundo se ajudando. Mesmo entre vizinhos que moravam longe. E as pessoas que vieram de Chillán também para ajudar, mesmo sem conhecer a gente". "Que vão fazer com a terra?". Ninguém sabia responder. Era muito cedo. Perguntei pela vinha e pelo pomar. "A fruta é coisa rápida, logo dá, mas a vinha... não é só que demora, a uva é boa¹² e o vinho que se faz dela tem bom preço, mas a gente não consegue comercializar e nem vinificar". Não há linhas de crédito para a agroindústria da uva

¹⁰ Tradução da autora do artigo.

¹¹ Ela fala em dilúvio em referência ao tsunami que afetou as regiões Valparaíso, Metropolitana, O'Higgins, Maule, Bío Bío, Araucanía e Los Ríos, em 2010, deixando um saldo de 500 mortos e 2 mi de danificados.

¹² A localidade é conhecida pelo vinho pipeño.

e a venda da fruta em natura dependem dos atravessadores. Ficaram fechadas as possibilidades dessas culturas, e os mais jovens partiram para as cidades. Os subsídios para a plantação florestal foi a saída que os mais velhos encontraram para tirar alguma renda.

A situação desses pequenos produtores contrasta radicalmente com a das comunidades mapuche. Enquanto os pequenos produtores não resistem à pressão, via políticas de Estado, para se integrarem às cadeias produtivas exportadoras, o tecido comunitário e a ideologia comunal, fortalecidos pelas lutas pela recuperação de seus territórios, permitem aos mapuche teimar numa prática econômica e de sociabilidade radicalmente oposta à lógica do capital.

Considerações finais

Fica provada a relação causal entre a catástrofe com dimensões ambientais, sociais e econômicas que afetou Chile em 2017 e a especialização produtiva para a qual o território ficou destinado. O modelo exportador, não apenas de produtos florestais, mas de minério e também salmão, que integra verticalmente todas as forças econômicas às cadeias produtivas, adquire cada vez mais um viés predador. As grandes empresas florestais assumem progressivamente práticas de *just in time*, empurrando os riscos para "fora do seu portão". Cabe lembrar que se trata de transnacionais que operam em todo o continente. Seria ainda necessário estudar como elas se desenvolvem e integram territórios nos diferentes países, como agem sobre os Estados nacionais para alterar o marco legal que facilite sua operação em tais territórios.

O Chile tem sido laboratório para testar políticas que facilitem essa nova configuração planetária do capital. Se é verdade que a repressão da ditadura militar desarticulou preventivamente as resistências a essas mudanças, os sucessivos governos civis, uma vez desmantelado o tecido social, a cultura de organização de base das classes trabalhadoras do campo e da cidade, não tiveram grandes empecilhos para otimizar o modelo. Revezando-se na presidência da república, a Democracia Cristã e o Partido Socialista apenas administram políticas de Estado que aperfeiçoam a integração do país às cadeias produtivas exportadoras. O caso do empresário Sebastián Piñera, que chegou à presidência pelo Partido de Renovação Nacional, parece ter antecipado aquilo que aconteceu na Argentina com Mauricio Macri: o exercício do governo por representantes diretos dos grupos empresariais tornados políticos.

A economia camponesa fragilizada pelas políticas de Estado a serviço desse modelo, perde margem. E as famílias são empurradas a trabalhar direta ou indiretamente para servi-lo. Alguns de seus membros partem para o assalariamento total ou sazonal. E, quem permanece no lote, é pressionado a produzir para a cadeia, que determina o uso da terra.

Cada vez mais, a otimização dos lucros livra as grandes empresas do ônus da deterioração e dos riscos que o tipo de exploração acarreta, seja pelo arrendamento, seja pela compra da matéria prima e a contratação de serviços.

A resistência do povo da terra parece ser a fronteira material e ideológica para a implantação completa desse modelo. A recuperação territorial tem um sentido não apenas de ocupação para moradia e autoconsumo. Ela supõe a recuperação dos solos, das águas, da flora, da fauna, do ar e das possibilidades para a expansão da abundância, em oposição ao caráter predador da ação das empresas exportadoras. Em muitas ocasiões, os porta-vozes das comunidades explicam que não pretendem fazer do Wallmapu¹³ um território de uso exclusivo dos mapuche. Conclamam os chilenos pobres a uma outra forma de viver naquele espaço.

O governo vem se esquivando do debate sobre a relação causal entre o modelo da exploração florestal para exportação e os incêndios.

Na questão do enfrentamento às empresas florestais, organizações sociais do campo e da cidade coincidem na necessidade de rever o modelo, cujo potencial destrutivo foi escancarado pelos incêndios de 2017. A situação fez 110 organizações sociais chilenas assinarem um documento responsabilizando as grandes empresas florestais e solicitarem o fim do modelo florestal (BARRÍA, 2017). Mas ainda se está longe de um projeto comum alternativo.

Referências

ARAUCO. Informação Corporativa. Publicado em Junho/2017. Disponível em: http://www.arauco.cl/informacion.asp?idq=681&parent=625&ca_submenu=631&idioma=21, acesso em 27/06/2017, às 14:58.

BARRÍA, Fabián. "Organizaciones responsabilizan a empresarios por incendios y piden fin del modelo forestal". In: *Biobiochile*, publicado em 31/01/2017. Disponível em: <http://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2017/01/31/organizaciones-responsabilizan-a-empresarios-por-incendios-y-piden-fin-del-modelo-forestal.shtml>, acesso em 1º/07/2017, às 22:03.

BENGOA, José. *Historia del pueblo mapuche*. 5a. edição. Santiago de Chile: Sur, 1996.

CONAF. *Análisis de la Afectación y Severidad de los Incendios Forestales ocurridos en enero y febrero de 2017 sobre los usos de suelo y los ecosistemas naturales presentes entre las regiones de Coquimbo y La Araucanía de Chile*. Santiago de Chile: Ministerio da Agricultura, abril/2017.

CHONCHOL, Jacques. "La reforma agraria en Chile (1964-1973)". In: *El trimestre Económico*, jul/set 1976, vol. XLIII, p. 599-623.

¹³ Território mapuche.

CODEFF. "Presentan nueva evidencia del impacto negativo de la industria forestal en Chile", publicado em 13/07/2016. Disponível em: <http://www.codeff.cl/presentan-nueva-evidencia-del-impacto-negativo-de-la-industria-forestal-en-chile/>, acesso em 02/07/2017, às 11:10.

CMPC. "Presencia Regional", publicado em 31/12/2015. Disponível em: <http://www.cmpc.com/presencia-regional/>, acesso em 02/07/2017.

DONOSO, Sergio e REYES, René. "La Industria de la celulosa en Chile, otra 'anomalía de mercado'". In: *El Mostrador*, publicado em 05/01/2016. Disponível em: <http://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2016/01/05/la-industria-de-la-celulosa-en-chile-otra-anomalia-de-mercado/>, acesso às 0:46 de 27/06/2017.

DUARTE, Herbert Haltenhoff. "Los grandes incendios forestales en Chile 1985-2009". In: CONAF. *Documento de Trabajo 539*. Santiago de Chile: CONAF, 2010.

EL DESCONCIERTO. "Fuerzas Especiales irrumpe con bombas lacrimógenas en escuela rural en Temuco", publicado em 14/06/2017. Disponível em: <http://www.eldesconcierto.cl/2017/06/14/video-fuerzas-especiales-irrumpe-con-bombas-lacrimogenas-en-escuela-rural-en-temuco/>, acesso em 02/07/2017, às 11:07.

EMOL. "Incendios forestales: Aseguradora AON estima pérdidas en US\$890 millones", publicado em 09/02/2017. Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/Economia/2017/02/09/844253/Incendios-forestales-Aseguradora-AON-estima-perdidas-en-US890-millones.html>, acesso em 02/07/2017, às 10:45.

GESTIÓN. "Chile: Pérdidas forestales por incendios ascenderían a US\$ 350 millones", publicado em 1º/02/2017. Disponível em: <http://gestion.pe/economia/chile-perdidas-forestales-incendios-ascenderian-us-350-millones-2181045>, acesso em 02/07/2017, às 10:54.

INFOR. "Nuevo seguro de incendio forestal con subsidio estatal y sello SAFOR beneficiará a pequeños y medianos propietarios", PUBLICADO EM 11/10/2016. Disponível em: <http://www.infor.gob.cl/index.php/home/quienes-somos/noticias/informativo/1073-nuevo-seguro-de-incendio-forestal-con-subsidio-estatal-y-sello-safor-beneficiara-a-pequenos-y-medianos-propietarios>, acesso em 02/07/2017, às 10:58.

JARA, Juan Carlos Contreras. "Unión Comunal de Juntas de Vecinos interpone denuncia contra Forestal Arauco". In: *Resumen*, publicado em 09/06/2017. Disponível em: <https://resumen.cl/articulos/union-comunal-de-juntas-de-vecinos-interpone-denuncia-contra-forestal-arauco>, acesso em 02/07/2017, às 3:30.

KAY, Cristóbal e WINN, Peter. "La reforma agraria en el gobierno de la UP". In: *La cuestión agraria en Chile. Revolución, Marxismo y Ciencias Sociales*, jun. 1972, vol. 3, p. 5-24.

LIGNUM. "La carrera de Arauco para convertirse en la primera del mundo", publicado em 27/06/2017. Disponível em: <http://www.lignum.cl/2017/06/27/la-carrera-arauco-convertirse-la-primera-del-mundo/>, acesso em 02/07/2017, às 10:41.

MARIMÁN, José Alejandro. *Autodeterminación: ideas políticas mapuche en el albor del Siglo XXI*. Santiago de Chile: LOM, 2012.

PAIRACAN, Fernando. "Weuwaiñ: la invención de la tradición en la rebelión del movimiento mapuche (1990-2010)". In: RODRÍGUEZ, Jorge Pinto (org.). *Conflictos étnicos, sociales y económicos. Araucanía 1900- 2014*. Santiago de Chile: Pehuén, 2015, p.187-214.

_____. Malón. La rebelión mapuche. 1990-2013. Santiago de Chile: Pehuén, 2014.

PAZOS, Gabriela. "La industria forestal y la muerte del bosque nativo en Chile: Un modelo para secar al país". In: *El Desconcierto*, publicado em 23/09/2015. Disponível em:

<http://www.eldesconcierto.cl/2015/09/23/la-industria-forestal-y-la-muerte-del-bosque-nativo-en-chile-un-modelo-para-secar-al-pais>, acesso em 02/07/2017.

PUBLIMETRO. "Aseguradoras desembolsan US\$100 millones por indemnizaciones tras incendios forestales". In: *Diariopyme*, publicado em 15/05/2017. Disponível em: <https://www.publimetro.cl/cl/economia/2017/05/15/aseguradoras-desembolsan-us100-millones-indeminizaciones-incendios-forestales.html>, acesso em 02/07/2017, às 3:38.

RESUMEN. "JJVV de Penco, Chiguayante y Tomé ponen recurso contra Forestal Arauco e inmobiliaria Valmar por plantaciones cercanas a casas", publicado em 02/02/2017. Disponível em: <https://resumen.cl/articulos/jjvv-de-penco-chiguayante-y-tome-ponen-recurso-contra-forestal-arauco-e-inmobiliaria-valmar-por-plantaciones-cercanas-a-casas>, acessado em 02/07/2017, às 3:17.

_____. "Mañana se realizará en Tomé denuncia pública contra empresas forestales por alto peligro de incendios", publicado em 07/06/2017, acesso em 02/07/2017, às 3:33.

REYES, Carolina. "Cifran en US\$400 millones las pérdidas por incendios para el sector silvoagropecuario". In: *BioBioChile*, publicado em 06/02/2017. Disponível em: <http://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2017/02/06/cifran-en-us400-millones-las-perdidas-por-incendios-para-el-sector-silvoagropecuario.shtml>, acesso em 02/07/2017, às 10:50.

RODRÍGUEZ, Jorge Pinto. "La instalación del neoliberalismo y sus efectos en La Araucanía". In: RODRÍGUEZ, Jorge Pinto (org.). *Conflictos étnicos, sociales y económicos. Araucanía 1900- 2014*. Santiago de Chile: Pehuén, 2015, p.137-186.

SAG. *Resolución exenta nº 575/2016*, publicada em Concepción-Chile, em 30/06/2016. Disponível em: http://www.sag.gob.cl/sites/default/files/resol._575_2016_biobio.pdf, acesso em 02/07/2017, às 11:23.

_____. *Resolución exenta nº 2305/2016*, publicada em Talca-Chile, em 1º/12/2016. Disponível em: http://www.sag.gob.cl/sites/default/files/resol_2305_2016_maule.pdf, acesso em 02/07/2017.

_____. *Resolución exenta nº 1675/2016*, publicada em Rancagua- Chile, em 26/12/2016. Disponível em: http://www.sag.gob.cl/sites/default/files/resol._1675_2016_marchigue.pdf, acesso em 02/07/2017.

SALTIBÁÑEZ Q., Fernando. El cambio climático y los recursos hídricos de Chile. La transición hacia la gestión del agua en los nuevos escenarios climáticos de Chile. Santiago de Chile: ODEPA - Ministerio de Agricultura, 2016.

SIERRA, Malú. *Un pueblo sin Estado*. Santiago de Chile: Catalonia, 2010.

TORRES-SALINAS, Robinson et All. "Desarrollo forestal, escasez hídrica, y la protesta social mapuche por la justicia ambiental en Chile". In: *Ambiente & Sociedade* jan/mar 2016, vol. XIX, nº 1, São Paulo, p. 121-146.

UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN, Departamento de Economía. *Análisis de la cadena de producción y comercialización del sector forestal chileno: estructura, agentes y prácticas*. Concepción: 2009.

VsAs. *Anuario Forestal 2016*. Boletín Estadístico nº 154. Santiago de Chile: INFOR, 2017.

WERKEN NOTICIAS. "Prensa miente sobre asesinato de Weichafes y Carabineros reprime cortejo fúnebre", publicado em 12/06/2017. Disponível em:

<http://werken.cl/prensa-miente-sobre-asesinato-de-weichafes-y-carabineros-reprime-cortejo-funebre/>, acesso em 02/07/2017.

WIDMYIER, Nicholas. *"El pueblo aquí está totalmente humillado" La Contrarreforma Agraria en Chile*. Santiago de Chile: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2015.

Sobre a autora

Silvia Beatriz Adoue – Graduação em Matemática pela Universidade de São Paulo (US), São Paulo, Brasil; Mestrado em Integração da América Latina Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Atualmente é docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Como citar este artigo

ADOUE, Silvia Beatriz. De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 101-126, mai.- ago. 2018.

Recebido para publicação em 10 de agosto de 2017.
Devolvido para a revisão em 11 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 11 de fevereiro de 2018.
